



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

DOE - 11/05/2022 - Poder Executivo - Seção I São Paulo, 132 (92) – 127

Edital de Abertura de Inscrição nº 10/2022

Processo Seletivo Simplificado Regional para contratação de Agente de Organização Escolar/2022

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, – CE-CTD da Diretoria de Ensino - Região Tupã, com fundamento no inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual/1989, no inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, e de acordo com a Autorização Governamental publicada no Diário Oficial do Estado em 06 de janeiro de 2021, torna pública a abertura do **Processo Seletivo Simplificado de Prova**, a ser realizado **em nível Regional**, em caráter excepcional, para contratação temporária de servidores para exercerem a função de Agente de Organização Escolar, do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria de Estado da Educação.

A Comissão Especial responsável pela coordenação e andamento do presente Processo Seletivo encontra-se constituída pela Portaria nº 023/2022, de 09/05/2022, publicada em DOE 10/05/2022.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1 - O presente processo seletivo simplificado destina-se à contratação de Agentes de Organização Escolar.
- 2 – A contratação será para realização de trabalho presencial nas unidades de ensino, vedada a inserção em regime de teletrabalho, nos termos da Resolução SEDUC 59/2021.
- 3 - A contratação ocorrerá pelo prazo máximo de 12 meses podendo o contratado ser dispensado antes do prazo final, a critério da Administração.
- 4 - Os servidores serão contratados nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009 e, de acordo com a Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e serão contribuintes do INSS.
- 5 - Do total de vagas do Processo Seletivo Simplificado a serem publicadas, ficarão reservadas 5%, para candidatos portadores de deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 8 de novembro de 2002.

II – DOS PRÉ-REQUISITOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

1 - O candidato, sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas:

- a) ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal/88;
- b) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 anos completos;
- c) estar quite com a Justiça Eleitoral;
- d) quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar;
- e) ter concluído Ensino Médio;
- f) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- g) ter sido aprovado no processo seletivo;
- h) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
- i) estar com o ciclo vacinal completo;
- j) conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.

2 - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será realizada **por ocasião da celebração do contrato**.

3 - A não apresentação dos documentos ou não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado, impossibilitará o exercício do candidato.

4 - Será comprovada a idade do candidato com a documento idôneo com foto; as demais situações indicadas no item I, 5, II e III deste edital serão comprovados por autodeclaração.

III – DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

1. Os vencimentos da classe de Agente de Organização Escolar correspondem ao valor de R\$ 1.320,00.

2. A jornada de trabalho, a que ficarão sujeitos os contratados, caracteriza-se pela prestação de 40 horas semanais.

3. A jornada de trabalho será presencial vedada sua realização em regime de teletrabalho.

4. O Processo Seletivo Regional não gera, para a Diretoria de Ensino Região – de Tupã, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados.

4.1 A participação do candidato prevê apenas, a expectativa de direito à preferência na contratação, de acordo com a classificação obtida e as vagas disponíveis.

4.2 Esta Diretoria de Ensino reserva-se ao direito de proceder às contratações dos candidatos, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

IV – DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DA FUNÇÃO

1. As atribuições do Agente de Organização Escolar estão previstas no artigo 3º da Resolução SE 52, de 9-8-2011 e englobam o desenvolvimento de atividades no âmbito da organização escolar, relacionadas com a execução de ações envolvendo a secretaria escolar e o atendimento a alunos e à comunidade escolar em geral, de acordo com as necessidades da unidade escolar.

V – DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
2. A inscrição será realizada no período de 16 até 30/05/2022 no site <https://detupa@educacao.sp.gov.br>, através do link <https://forms.gle/XtoWNLPLdHoe13zN7>, estando o candidato isento do pagamento de qualquer taxa.
3. A efetivação da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do Formulário de Inscrição, dentro do prazo estipulado.
4. Além dos dados pessoais, o candidato deverá fornecer, **obrigatoriamente**, e-mail pessoal a ser utilizado para recebimento de informações.
5. No ato da inscrição, o candidato declara que comprovará, na data da assinatura do contrato, o preenchimento dos requisitos e condições para o exercício da função, previstos no Capítulo II deste Edital.
6. As informações prestadas no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.
7. Ao realizar a inscrição, o candidato poderá optar por 1 (um) Município vinculado à respectiva Diretoria de Ensino, para fins de classificação e escolha de vaga.

VI – DA INSCRIÇÃO DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto Estadual nº 59.591/2013 e pela Lei Complementar Estadual nº 683/92, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 932/02, nos termos do Capítulo VIII do artigo 37 da Constituição Federal/88 e da Lei Federal nº 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência de que é portador, seja compatível com as atribuições da função de Agente de Organização Escolar.
2. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto Estadual nº 59.591/13 e no artigo 1º da Lei Complementar Estadual nº 683/92, alterada pela Lei Complementar nº 932/02, será reservado o percentual de 5% das vagas existentes, no prazo de validade do Processo Seletivo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3. Para fins deste processo seletivo, consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591/2013.
4. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá entregar, durante o período de inscrições, laudo médico (fotocópia autenticada), expedido no prazo máximo de 2 anos antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID.
 - 4.1 No laudo médico, de que trata este item deverão constar:
 - a) assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;
 - b) nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG) e número do CPF.
 - c) deverá constar, também, no relatório médico que a deficiência do candidato é compatível com as atribuições da função-atividade de Agente de Organização Escolar.
 - 4.2 O laudo médico deverá estar legível, sob pena de não ser considerado.
 - 4.3 O laudo médico não será devolvido.
 - 4.4 O candidato que, dentro do prazo do período das inscrições, não atender aos dispositivos mencionados no item 4 deste Capítulo, não será considerado com deficiência.

VII - DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1. Somente poderão ser admitidos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.
2. Para inscrição no processo seletivo, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE).
 - 2.1 Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, para assumir o exercício da função, deverá o candidato apresentar o documento de identidade, de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.
3. O estrangeiro que:
 - 3.1 Se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, “a”, da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;
 - 3.2 Se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, “b”, da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;
 - 3.3 Tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19 de setembro de 2001),



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

VIII - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

1 - O candidato preto, pardo ou indígena deverá indicar, no momento da inscrição, se fará uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15/01/2015, do Decreto nº 63.979, de 19/12/2018 e das Instruções CPPNI nº 1, de 18/05/2019 e nº 2, de 10/08/2019.

2 - Para realizar a inscrição, o candidato que se declarar preto, pardo ou indígena e que optar por utilizar o sistema de pontuação diferenciada, deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo V deste Edital, assim como observar e cumprir os procedimentos descritos neste Capítulo.

3 - Os candidatos que fizerem jus ao sistema de pontuação diferenciada serão beneficiados mediante acréscimo na pontuação final, conforme fatores de equiparação especificados no Decreto nº 63.979, de 19/12/2018.

4 - Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato – no ato de inscrição deste Processo Seletivo e CUMULATIVAMENTE – deverá:

4.1 - declarar-se preto, pardo ou indígena (autodeclaração);

4.2 - declarar, sob as penas da lei, que não foi eliminado de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

4.3 - manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada;

4.3.1 - o candidato que optar pela utilização da pontuação diferenciada deverá, cumulativamente ao preenchimento da ficha de inscrição, preencher e enviar autodeclaração nos termos do item “4.4” deste Capítulo (Anexo III deste Edital).

4.4 - enviar, até 30/05/2022, via internet, no site da Diretoria de Ensino <https://detupa@educacao.sp.gov.br>, através do link <https://forms.gle/XtoWNLPLdHoe13zN7>, link específico deste Processo Seletivo:

a) especificamente para o candidato que se declarou preto/pardo: documento de identidade oficial próprio, que contenha sua foto, bem como documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada, a qual será utilizada somente no caso de subsistir dúvidas quanto à autodeclaração do candidato e exista necessidade de comprovação de ascendência, prevista nos subitens “7.2” e “7.2.1” deste Capítulo;

b) especificamente para o candidato que se declarou índio: Registro Administrativo de Nascimento do Índio – RANI próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio – RANI de um de seus genitores ou autodeclaração.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.5 - o(s) documento(s) elencados nas alíneas “a” e “b”, do item “4.4”, deste Capítulo, deverá(rão) estar digitalizado(s), frente e verso, quando necessário, com tamanho de até 500 KB, por documento anexado, e em uma das seguintes extensões: “pdf” ou “png” ou “jpg” ou “jpeg”.

4.6 - a declaração mencionada no subitem 4.3.1, deste Capítulo, deverá ser datada e assinada pelo candidato interessado, que se responsabilizará por todas as informações prestadas, sob pena de incorrer em crime de falsidade ideológica, nos termos da legislação correspondente;

4.7 - não serão considerados válidos documentos enviados por via postal, fac-símile, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação da(s) prova(s), mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.

5 - É permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que NÃO deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas neste Edital, não podendo interpor recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

5.1 - a partir de 31/05/2022, após o término do período de inscrições, a relação com os nomes de todos os candidatos que optaram pelo sistema de pontuação diferenciada será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no site da Diretoria de Ensino (<https://detupa@educacao.sp.gov.br>);

5.2 - contra a decisão que venha eventualmente indeferir a solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas, fica assegurado ao candidato o direito de interpor recurso conforme na alínea “c” do item “1” do Capítulo XII deste Edital;

5.3 - o resultado do recurso contra o indeferimento de solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas estará disponível nos sites da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br) e da Diretoria de Ensino (<https://detupa@educacao.sp.gov.br>), a partir de 07/06/2022.

6 - Os candidatos que optarem por utilizar o sistema de pontuação diferenciada participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário de início e local de aplicação das provas.

7 - A veracidade da autodeclaração de que trata o item “4.1” deste Capítulo será objeto de verificação por parte da Comissão de Heteroidentificação, a ser constituída na Diretoria de Ensino;

7.1 - para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos será verificada a fenotipia (aparência), que se dará por meio de procedimento de verificação presencial, na seguinte conformidade:

7.1.1 - os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, que optaram por participar deste certame pelo sistema de pontuação diferenciada, serão convocados para procedimento de ratificação da autodeclaração firmada, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br), após o resultado da prova objetiva ou após o resultado da prova de títulos, se for o caso;

7.1.2 - somente os candidatos habilitados neste Processo Seletivo e que foram beneficiados pelo sistema de pontuação diferenciada serão convocados para o procedimento de verificação;

7.1.3 - os candidatos convocados para o procedimento de verificação deverão chegar ao local constante do referido edital de convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

horário estabelecido para o seu início, não sendo admitido o ingresso de candidatos, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões;

7.1.4 - somente será admitido para a realização do procedimento de verificação o candidato que estiver munido do original de um dos seguintes documentos oficiais, vigentes e com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação: Cédula de Identidade – RG ou Registro Nacional de Estrangeiro – RNE (quando for o caso), Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Passaporte. Não serão aceitos, para efeito de identificação, documentos diferentes dos aqui elencados;

7.1.5 - durante o processo de verificação o candidato deverá responder às perguntas (se for o caso) que forem feitas pela Comissão de Heteroidentificação;

7.1.6 - o procedimento de verificação será filmado e/ou fotografado para fins de registro da avaliação e será de uso exclusivo da Comissão de Heteroidentificação;

7.1.7 - não haverá segunda chamada para a realização do procedimento de verificação da veracidade da autodeclaração.

7.2 - após realização do procedimento de verificação de que tratam os itens “7” até “7.1.7” deste Capítulo, caso ainda subsistam dúvidas para a Comissão de Heteroidentificação, quanto a autodeclaração do candidato, será então considerado o critério da ascendência;

7.2.1 - para comprovação da ascendência de que trata o item “7.2” deste Capítulo será exigido, do candidato, documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada;

7.2.1.1 - o candidato deverá, no momento da inscrição, enviar o documento de que trata o item “7.2.1” deste Capítulo, nos termos do que dispõem os itens 4 até 4.5. deste Capítulo.

8 - A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato indígena será feita por meio do Registro Administrativo de Nascimento do Índio – RANI próprio, conforme alínea “b”, do subitem “4.4” deste Capítulo entregue no momento da inscrição, ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio – RANI de um de seus genitores ou autodeclaração.

9 - As decisões relativas à aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos, pardos e indígenas constarão de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br). Nessa mesma oportunidade e mesmo edital serão divulgados/fixados o prazo e a forma para interposição de pedido de reconsideração relativo ao resultado de solicitação de participação como PPI;

9.1 - o candidato que não comparecer ao procedimento de verificação presencial ou aquele que não apresentar um dos documentos elencados no item “7.1.4”, deste Edital, ou aquele que não entregar o documento mencionado nos itens “7.2.1” e “7.2.1.1”, deste Edital, ou o que deixar de cumprir qualquer uma das exigências relativas ao processo de heteroidentificação será eliminado deste Processo Seletivo.

10 - Constatada a falsidade da autodeclaração, o candidato será eliminado deste certame, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

10.1 - compete à Comissão de Heteroidentificação decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

reconsideração interpostos por candidatos contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

11 - Em caso do candidato já ter sido nomeado ou admitido, sujeitar-se-á à anulação do respectivo ato mediante procedimento de invalidação, na forma dos artigos 58 e seguintes da Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998.

12 - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas é a seguinte: $PD = (MCA - MCPPI) / MCPPI$ Onde: PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada. MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada. MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI, entre todos os candidatos que pontuaram e que foram habilitados antes da aplicação da pontuação diferenciada.

13 - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas de pretos, pardos e indígenas é a seguinte: $NFCPPI = (1 + PD) * NSCPPI$ Onde: NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato. NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

14 - Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude de exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

15 - A pontuação diferenciada também não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior ou igual que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

16 - Ao candidato preto, pardo ou indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este Capítulo, cumulativamente com as prerrogativas que lhe são asseguradas pela Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, que dispõe "*sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá providências correlatas*".

IX - PROVA

1. A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, é composta de 50 questões objetivas, de acordo com o Conteúdo Programático constante deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2. A prova será aplicada na data provável de 12/06/2022, com duração, horário e locais determinados em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 dias de sua realização.
3. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a prova, com antecedência mínima de 30 minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitidos retardatários, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.
4. O candidato somente poderá retirar-se da sala do local da prova, após transcorridos o tempo de 50% da realização da prova.
5. Somente será admitido ao local da prova, o candidato que estiver munido de um dos documentos de identificação abaixo descritos, em via original, com foto:
 - a) Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Passaporte; bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97);
 - b) Caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis preto e borracha;
- 5.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 dias.
- 5.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 5.3 Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
6. Não será admitido na sala ou no local de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.
7. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato, tampouco aplicação da prova fora do local, sala, data e horário preestabelecidos.
8. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova, como justificativa de sua ausência.
9. Não serão computadas questões não respondidas, assim como questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;
- b) apresentar-se para prova em outro local que não seja o determinado no Edital de Convocação;
- c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar um dos documentos de identidade nos termos deste Edital, para a realização da prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- f) ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo;
- g) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- h) fizer uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (máquinas calculadoras, telefones celulares etc.);
- i) lançar mão de meios ilícitos para execução da prova;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- l) fizer uso de boné ou de chapéu;
- m) estiver portando arma de fogo, ainda que possua o respectivo porte;
- n) agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação da prova.

X - DA AVALIAÇÃO DA PROVA

- 1. A prova será avaliada na escala de 0 a 100 pontos, valendo 02 pontos cada questão.
- 2. Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 pontos.
- 3. O gabarito e o resultado da prova serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Diretoria de Ensino.

XI - DOS RECURSOS

- 1. Será admitido recurso quanto:
 - a) às questões da prova e gabarito;
 - b) ao resultado da prova;
 - c) ao resultado quanto à decisão que venha a indeferir a solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas.
- 2. O prazo para interposição de recurso será de 3 dias úteis, contados a partir de data subsequente da publicação do resultado, do respectivo evento.
- 3. A interposição do recurso ocorrerá por meio do site da Diretoria de Ensino- Região de Tupã (<https://detupa@educacao.sp.gov.br>), e será o único meio válido e aceito para a interposição de recursos.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

4. Admitir-se-á um único recurso por candidato, desde que devidamente fundamentado.
5. Compete à Comissão Especial de Contratação a decisão dos recursos impetrados, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
6. Não serão aceitos os recursos interpostos por fax, e-mail, que tenham sido protocolados pessoalmente ou por qualquer outro meio, além das formas previstas neste Capítulo.
7. A decisão do recurso será dada a conhecer, conforme o caso, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e site da Diretoria de Ensino Região de Tupã.

XII – DO DESEMPATE

1. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato:
 - a) Maior nota nas questões da disciplina: Português;
 - b) Maior nota nas questões da disciplina: Matemática;
 - c) Maior nota nas questões da disciplina: Noções de Informática;
 - d) Maior nota nas questões da disciplina: Conhecimentos Específicos;
 - e) Maiores encargos de família (número de filhos menores de 18 anos) – para critério de desempate (cópia e original de certidão de nascimento/RG dos dependentes);
 - f) Mais idoso entre os candidatos com idade inferior a 60 anos.
2. A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado publicará no Diário Oficial do Estado e divulgará no site da Diretoria de Ensino – Região de Tupã, por município:
 - 2.1 a 1ª classificação (Lista Geral e Especial), dos candidatos aprovados, após a avaliação dos Títulos;
 - 2.2 a relação, pelo número de RG, dos candidatos não aprovados no Processo Seletivo;
 - 2.3 a Classificação Final, em nível de município/Diretoria de Ensino, por ordem decrescente da nota final obtida, em duas listas, sendo uma Geral (todos os candidatos aprovados) e uma Especial (candidatos com deficiência).

XIII – DA CLASSIFICAÇÃO

- 1 - A nota final do candidato será igual à soma do total de pontos obtidos na prova e nos títulos.
- 2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.
- 3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

XIV – DA HOMOLOGAÇÃO

1. A homologação do processo seletivo se dará a partir da publicação da Lista de Classificação Final, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

2 - O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado será de 1 ano, improrrogável, contado a partir da data da publicação da **Classificação Final**, no Diário Oficial do Estado.

XV - DA ESCOLHA DE VAGAS

1. Os candidatos classificados serão aproveitados em vagas existentes nas unidades escolares vinculadas a esta Diretoria de Ensino, ou em vagas que surgirem durante o prazo de validade do processo seletivo e serão convocados **nominalmente**, pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado – CE – CTD, através de publicação em Diário Oficial do Estado, para procederem a escolha de vagas, obedecida, rigorosamente, a ordem da classificação por município.

2. A relação de vagas, os dias, horário e local da realização da sessão de escolha de vagas serão publicados no Diário Oficial do Estado, com antecedência de, no mínimo, **5 dias da data da escolha de vagas**.

3. O número de vagas a ser oferecido aos candidatos da Lista Especial será correspondente ao cálculo de 5% de vagas existentes, por município.

3.1 A ordem de convocação dos candidatos com deficiência classificados no processo seletivo, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª vaga, 30ª vaga, 50ª vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 escolhas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

3.2 Os candidatos com deficiência aprovados terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regimento disposto no item "3".

4. Na falta de candidatos com deficiência habilitados, as vagas a eles reservadas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

5. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua aprovação no processo seletivo quando deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação ou desistir da escolha, seja qual for o motivo alegado.

5.1 Excepcionalmente, a critério da Administração, restando vagas, após a manifestação quanto à escolha de vagas por parte de todos os candidatos classificados, por Município, poderá novamente ser convocado, o candidato aprovado que não comparecer à sessão de escolha de vaga e, também, aquele que, tendo escolhido vaga, não tenha assinado contrato para o exercício da função.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Estado, as publicações de todos os Editais e Comunicados, os quais também serão divulgados no site da Diretoria de Ensino de Tupã (<https://detupa@educacao.sp.gov.br>).
2. O candidato a ser contratado, inclusive o candidato com deficiência deverá submeter-se a avaliação médica (laudo para exercício) - expedido por órgãos / entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) ou Médico do Trabalho, observada as condições previstas na legislação vigente.
3. O prazo máximo de contratação é de 12 meses, podendo, ainda, o contratado ser dispensado antes do prazo de contratação.
3.1 O contrato será extinto, após o fim do prazo de vigência ou antes de seu término, nos termos fixados pelo artigo 8º da Lei Complementar nº. 1093/2009.
4. Conforme estabelecido no artigo 6º da Lei Complementar Nº 1.093/2009, é vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa antes de decorridos 200 dias do término do contrato.

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DISCIPLINA: Português

- Interpretação de textos,
- Sinônimos e Antônimos,
- Sentido próprio e figurado das palavras,
- Ortografia Oficial,
- Acentuação Gráfica,
- Crase,
- Pontuação,
- Substantivo e Adjetivo: flexão de gênero, número e grau,
- Emprego de Verbos: regulares, irregulares e auxiliares,
- Concordância: nominal e verbal,
- Regência: nominal e verbal,
- Conjugação de verbos,
- Pronomes: uso e colocação - pronomes de tratamento.

2- DISCIPLINA: Matemática

- Operação com números inteiros, fracionários e decimais,
- Sistema de numeração decimal,
- Equações de 1º e 2º graus,
- Regra de três simples,
- Razão e proporção,
- Porcentagem,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Juros simples,
- Noções de estatística,
- Medidas de comprimento, de superfície, de volume e capacidade e de massa,
- Raciocínio Lógico,
- Resolução de situações: problema.

3. DISCIPLINA: Noções de Informática

- Conhecimentos sobre os princípios básicos de informática: sistema operacional, diretórios e arquivos,
- Conhecimentos de aplicativos: processadores de textos (Word), planilhas (Excel),
- Navegação Internet: pesquisa *WEB*, *sites*,
- Uso de correio eletrônico: caixa postal, mensagens (ler, apagar, escrever, anexar arquivos e extração de cópias).

4. DISCIPLINA: Conhecimentos Específicos

- Constituição do Estado de São Paulo - Título I - Dos Fundamentos do Estado - Artigos 1º, 2º, 3º e 4º - Título II - Da Organização e Poderes - Capítulo I Disposições Preliminares - Artigos 5º, 6º, 7º e 8º. Capítulo III - Do Poder Executivo - Seção I - Artigos 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46. – Seção II – Artigo 47 – Seção III – Artigo 48, 49, 50 - Seção IV - Artigos 51, 52 e 53. Título III – Da Organização do Estado - Capítulo I - Da Administração Pública – Seção I – Artigos 111, 112, 113, 114 e 115 - Caput e Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI, XXVII - Capítulo II - Dos Servidores Públicos do Estado Seção I – Dos Servidores Públicos Civis - Artigo 124 - Caput, Artigos 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137 - Título VII - Capítulo III – Seção I Da Educação – Artigos 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258. Capítulo VII – Da Proteção Especial – Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiência – Artigos 277, 278, 279, 280, 281 – Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais – Artigo 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291;
- Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado - Lei Nº 10.261, de 28-10-68;
- Lei Complementar nº 1144/2011 - Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.
- Ética e sociedade SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual. (Título III - Capítulo I e II; Título VIII).
- Postura e ética profissional CORTELLA, Mario Sérgio. Qual é a tua Obra? Inquietações Propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- Ética na administração pública a) SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.
- Procedimentos éticos a serem observados em ambientes públicos SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

- Desvios de conduta SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.261, de 28-10-68. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. (Artigos 239 e seguintes, com as alterações da Lei Complementar nº 942, de 6-6-03).
- Eficácia no Atendimento presencial e à distância SÃO PAULO (Estado). Gestão do Atendimento, In: PDG Educação: A Gestão da Secretaria de Escola. São Paulo: Secretaria da Educação/FUNDAP, 2011.

ANEXO II - RELAÇÃO DE VAGAS

- 09 vagas

ANEXO III

**AUTODECLARAÇÃO PARA FAZER JUS AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA
PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS DE QUE TRATA O CAPÍTULO VIII DESTA EDITAL**

AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, e do CPF nº _____, DECLARO – sob pena das sanções cabíveis – especificamente para fins de obtenção de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas de que trata o Decreto nº 63.979, de 19/12/2018, que *“Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados à investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas”*, unicamente no que se refere ao Processo Seletivo Simplificado para a função de Agente de Organização Escolar que:

1 – sou preto, pardo ou indígena;

2 – não fui eliminado(a) de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem tive anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;

3 – manifesto interesse em utilizar a pontuação diferenciada;

Estou ciente de que se for detectada falsidade desta autodeclaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Processo Seletivo, em qualquer fase, e de anulação de minha contratação, após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

_____, ____ de _____ de 20__.

assinatura do(a) candidato(a)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

OBS.:

É permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que NÃO deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas neste Edital, não podendo interpor recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado
(neste caso, **não assine esta autodeclaração**)

OBS.:

Para fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada, enviar – no período destinado às inscrições – via internet, no site XXXXXX, em link específico deste Processo Seletivo, por sistema no upload, esta autodeclaração devidamente assinada, além dos demais documentos elencados no Edital de Abertura de Inscrições deste Processo Seletivo.

O candidato deverá declarar por escrito, no momento da atribuição, que não se encontra designado para idêntico cargo/função, estando ciente dos termos dos Artigos 1º e 2º do Decreto nº 59.447/2013 e nos termos da Resolução SEDUC nº 05/2020, alterada pela Resolução SEDUC nº 18/2020 e pela Resolução SEDUC nº 56/2020. O candidato deverá apresentar a anuência do Superior Imediato, com data atual e Declaração de possuir ou não grau de parentesco nos termos da Súmula Vinculante 13. Àqueles que acumulam cargo deverão comparecer munidos da declaração de horário assinado pelo superior imediato.

- O exercício será de imediato.
- Será vedada a atribuição de vaga por:
 1. Procuração;
 2. Ao candidato que se encontrar afastado de seu cargo a qualquer título.

RETIFICANDO,
No Edital de Abertura de Inscrição nº 10/2022, referente ao Processo Seletivo Simplificado Regional para contratação de Agente de Organização Escolar/2022, no Capítulo IX - Prova: Onde se lê:
2. A prova será aplicada na data provável de 12/06/2022, com duração, horário e locais determinados em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 dias de sua realização.
Leia-se:
2. A prova será aplicada na data provável de 19/06/2022, com duração, horário e locais determinados em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 dias de sua realização.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE VOTUPORANGA
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE VOTUPORANGA RETIFICANDO
DOE de 14/05/2022, Edital de Abertura de Inscrição para Processo Seletivo Simplificado Regional para Contratação de Agente de Organização Escolar/2022, onde se lê: “e de acordo com Autorização Governamental publicada no Diário Oficial do Estado em 06 de janeiro de 2021” leia-se: “e de acordo com Autorização Governamental publicada no Diário Oficial do Estado em 02 de agosto de 2021”

2. AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM ANÁLISES CLÍNICAS – CENTRO DE REFERÊNCIA E TREINAMENTO - CRT - DST/AIDS

Nº INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	R.G.	CPF	DATA NASCIMENTO	NOTA TOTAL	NOTA COM PONTUAÇÃO DIFERENCIADA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
15413	MARISA DE JESUS DE CASTRO LIMA	509000000000	431854603-91	27/03/1968	10,00	10,00	1º
14284	ROBERTA MARIA DE OLIVEIRA CAETANO	236686094	097807108-50	21/04/1970	9,00	9,00	2º
15461	SIMONE FERREIRA SANTOS FERRAZ	196624228	149376648-16	09/01/1971	9,00	9,00	3º
11577	SIMONE BRUNO	224539590	164209948-10	18/05/1972	9,00	9,00	4º
11580	KELLY CRISTINA DE FREITAS	231841723	129843948-52	13/07/1974	9,00	9,00	5º
4818	GABRIELA YOSHIKO MIYAHIRA	293304786	251983628-83	06/12/1974	9,00	9,00	6º
13998	MARIA ILENE DOS SANTOS OLIVEIRA	254675657	180294458-30	09/03/1975	9,00	9,00	7º
10726	LIVY STANGER FERREIRA	257352004	268784738-02	20/02/1976	9,00	9,00	8º
11096	JUSSARA MARIA CLARENA	251086513	255724608-50	21/02/1976	9,00	9,00	9º
11436	FABIANA RODRIGUES ARRIGHI	26765263X	253134388-16	17/05/1977	9,00	9,00	10º
4373	ROSANA MIDORI ARAACA	227266171	293626138-40	20/03/1980	9,00	9,00	11º
22175	MONALISA FARIAS DE OLIVEIRA	30799112X	285962028-11	23/06/1980	9,00	9,00	12º
1633	PAOLA SCADINO	259264660	295241628-14	09/04/1982	9,00	9,00	13º
1346	ARIANE MIRANDA	294499209	306339838-10	02/10/1982	9,00	9,00	14º
12032	LARISSA FATTORI MINOSSO FERNANDES	329667373	224477158-03	20/06/1983	9,00	9,00	15º
17826	AVELINA DE MELO DANTAS	322271563	280731918-14	15/03/1980	9,00	9,00	16º
5280	WANESSA BEZERRA ESTACIO	348487046	314073808-00	13/08/1983	8,00	8,00	17º
23852	JAINAINA TAVARES DE SOUZA MANZANI	408510080	338957868-45	26/10/1983	7,00	7,00	18º
12683	ELISABETH ALVES PEREIRA	205934857	129581118-90	24/02/1969	7,00	7,00	19º
23396	GEAN CARLO PEREIRA DA SILVA	2435277	026828443-16	24/05/1987	5,00	6,38	20º
27953	JEZABEL SANTOS SILVA LUZ	487530913	417649308-94	15/06/1993	5,00	6,38	21º
3283	ELIANA RODRIGUES DE SOUZA	167118286	069113938-50	03/11/1965	6,00	6,00	22º
29330	SANDRA TAVARES DOS SANTOS	283018082	330360588-26	01/02/1985	6,00	6,00	23º
7876	GISELE POCKER	328760523	294267478-42	03/04/1980	5,00	5,00	24º
13413	SELMA ALVES DE SOUSA	533619142	092831756-03	11/02/1987	5,00	5,00	25º
2477	JAQUELINE ALVES DELPRETE	4993838752	396424578-06	19/07/1991	5,00	5,00	26º
25149	RAFAEL TAVARES DA SILVA	339619144	339290118-08	23/05/1985	4,00	4,00	27º
15231	JESSICA CRISTINI CASTILHO DE BARROS RODRIGUES RAMOS	395805296	406524978-37	13/11/1993	4,00	4,00	28º
14179	KATHERINE DE ARAUJO CARDOSO CASTRO	44223997X	449546098-60	10/08/1995	4,00	4,00	29º
8730	FÁBIO ALVES OLÍMPIO	6231642	015800972-00	29/05/1992	3,00	3,00	30º
26070	IOLANDA MARTINS DOS SANTOS MARTINS	493173729	402346828-25	24/09/1993	3,00	3,00	31º
26503	KARINA ARAÚJO TAKEUTI	459084756	398200778-00	01/07/1996	3,00	3,00	32º
15636	ANNY AYUMI IOGI	450999075	376955038-27	03/11/1995	3,00	3,00	33º
2922	WENDEL GONÇALVES DE SOUZA PEREIRA	234983179	148992867-75	27/08/1993	2,00	2,55	34º
15248	NEUZA RIBEIRO DE SANTANA	189656785	127941898-24	06/02/1968	2,00	2,00	35º
8598	GERLAN DA ROCHA SANTOS	65566726X	045308423-04	26/10/1992	2,00	2,00	36º
10680	TALITA TREVISO COELHO	437593009	416305628-90	07/10/1994	2,00	2,00	37º
17987	DEBORA DA SILVA MOTA	382335430	450625338-80	14/05/1995	2,00	2,00	38º
29222	NATÁLIA MARTINEZ VALADÃO	394118431	466829648-11	22/08/1996	2,00	2,00	39º
13088	RENATA RIBEIRO DE FREITAS AVELAR	421179557	345225568-96	24/06/1987	2,00	2,00	40º
4043	TALITA CANDIDA DA SILVA	472459946	391208198-03	27/12/1990	1,00	1,00	41º
21773	NEILIENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	154015108	012430182-75	03/09/1992	1,00	1,00	42º
17691	SANDILANE BATISTA DA SILVA	502266328	464246268-67	27/01/1996	1,00	1,00	43º
18911	CAMILA DA SILVA NIVARDO	368431186	380607218-36	16/02/1997	1,00	1,00	44º
15428	HYNDYRAH NEGREI RODRIGUES SODRE	553039970	459990978-70	01/07/1997	1,00	1,00	45º
8910	THATIANE DUARTE ROSA DA SILVA	571375480	496648278-00	05/11/1997	1,00	1,00	46º
9076	VINICIUS ALVES DE LIMA	560512569	450025048-41	14/11/1998	1,00	1,00	47º
18535	JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR	337164307	320751588-60	29/03/1985	1,00	1,00	48º
14684	LUANA RIBEIRO DE SOUSA BRITO	30791230	353505838-40	18/05/1987	1,00	1,00	49º
3144	ISADORA COUTINHO RIBEIRO	478969880	434202328-88	14/09/1993	1,00	1,00	50º

- OBSERVAÇÕES:**
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO PELA FUNÇÃO DE JURADO, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO POR ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
- A NOTA DOS CANDIDATOS PPI APÓS APLICAÇÃO DA PONTUAÇÃO DIFERENCIADA SOFREU ALTERAÇÃO EM VIRTUDE DE DEFERIMENTO DE RECURSO IMPETRADO E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO MCA (PONTUAÇÃO MÉDIA DA AMPLA CONCORRÊNCIA).

5. AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CENTRO DE LABORATÓRIO REGIONAL DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ CENTRAL

Nº INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	R.G.	CPF	DATA NASCIMENTO	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
12817	CARLA PLOEGER MANSUELI	348442294	224331188-75	11/07/1983	6,00	1º
4995	DAMARIS DE CASTRO PINTO	183743350	104624158-30	20/06/1967	5,00	2º
11264	ELIZABETH MEIHUEY WU	93751278	139168028-60	20/10/1968	5,00	3º
21930	SABRINA DOS SANTOS RUIZ	200808187	181307058-00	01/06/1973	5,00	4º
21139	ADRIANA CUNHA RIOS	236522176	144968578-12	06/04/1974	5,00	5º
7132	JULIANA ALVES GARCIA	268813978	262239588-46	19/01/1977	5,00	6º
14602	ANA LÚCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	26525130	252441958-40	18/05/1977	5,00	7º
5466	MARIA HELENA GOMES GALVAO	309458249	289261138-50	09/03/1978	5,00	8º
4335	VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA	261620538	221715358-73	16/07/1981	5,00	9º
28511	ANTONIO DOS REIS LOPES	605821859	057485866-06	24/08/1983	5,00	10º
19987	RODRIGO LOPES DA SILVA	422534985	308540848-78	13/12/1983	5,00	11º
27013	ERICA GIOVANA BARREIRO	417306246	328037548-78	18/06/1984	5,00	12º
13346	DERINCELIA MACEDO DOS REIS	410609845	333578348-47	03/09/1984	5,00	13º
13920	RODRIGO SOARES VAZ DE CAMARGO	417140599	322016898-14	09/09/1985	5,00	14º
17004	AMANDA RODRIGUES DE ALMEIDA TORRES	435440755	355615798-51	11/11/1998	5,00	15º
8964	KAIER REINALDO DE OLIVEIRA FERREIRA	374243669	412876718-29	09/05/1992	5,00	16º
7845	ISABELLE CHIARELLI GARCIA FERNANDES	398674759	441212948-90	12/02/1997	5,00	17º
11871	ISABELLE DIAS DE OLIVEIRA	428142564	382041558-08	08/03/1996	5,00	18º
6793	DANIEL FELIPE DOS SANTOS	495846211	351736838-56	30/08/1993	4,00	19º
10424	ROSANGELA DE JESUS LIMA	203443330	143451868-03	02/08/1970	3,00	20º
10528	SAMANTA MATTEI DE MELLO	296939924	293494148-56	22/09/1979	3,00	21º
28433	ISIS PAIXÃO DE JESUS	332753396	329158088-03	16/03/1986	3,00	22º
30029	KARINA VALÉRIO CAETANO MOURA	438563177	362520108-98	10/04/1987	3,00	23º
12557	CARMEM BIANCA MECENA DO ESPIRITO SANTO	492932951	395930848-51	13/09/1993	3,00	24º
12202	LIDIA BERENICE CHASIN	107328471	011879338-13	15/04/1959	3,00	25º
7243	ELDA FEITOSA AFONSO	666595033	404441122-00	15/01/1973	2,00	26º
20096	RAQUEL TAYAR NOGUEIRA	108975900	087204587-03	07/12/1979	2,00	27º
19756	HUGO JEFFERSON FERREIRA	2010000000000	603706983-42	11/03/1993	2,00	28º
13319	BRUNA DARCIA PINHEIRO RODRIGUES	598885687	963093502-34	03/03/1987	1,00	29º
20485	MONIQUE ELLEN DA SILVA CHAGAS	458604008	373988558-00	14/09/1989	1,00	30º

SAÚDE

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
UNIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CARGOS: ENFERMEIRO
EDITAL Nº 063/2022
EDITAL DE ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA
O Instituto Zambini e a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, instituída para o presente certame, comunica a alteração da data para publicação do Resultado Final / Classificação Final Geral e Especial, de que trata o Anexo I, do Edital nº 011/2021, publicado em D.O.E. de 04/12/2021 e retificado em D.O.E. de 23/12/2021, do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO – CTD, conforme segue:

DATA	CARGO	COORDENADORIA
04/06/2022	ENFERMEIRO	Coordenadoria de Serviços de Saúde
OBSERVAÇÕES: As unidades sob abrangência da respectiva coordenadoria poderão ser consultadas no edital de abertura de inscrições nº 011/2021, publicado em D.O.E. de 04/12/2021.		
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE CARGOS: AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM ANÁLISES CLÍNICAS, AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE, AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (FARMACÊUTICO), AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (NUTRICIONISTA) EDITAL Nº 066/2022 CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL O Instituto Zambini e a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, e considerando o estabelecido em Edital de Abertura de Inscrição do presente certame, TORNA PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL GERAL, do Processo Seletivo Simplificado.		
Para elaboração da Classificação Final foram obedecidos os critérios estabelecidos no Capítulo "VIII – Da Habilitação e da Classificação Final" e "IX – Do Desempate", do Edital nº 011/2021 de Abertura de Inscrições.		

21542	VALTER BATISTA DUO FILHO	533191439	451447948-90	15/05/1996	1,00	31º
11757	TAIANE DA SILVA MOTA	380994112	336467768-97	21/11/1998	1,00	32º
12772	BRISA MARIA FREGONESI	350200361	312253398-71	26/01/1984	1,00	33º
5155	MARISA DE FREITAS MIRANDA	428689024	336533098-40	10/07/1985	1,00	34º
22603	LUIZ FERNANDO CAMARGO TEIXEIRA GONÇALVES	362017218-86	442029287	11/11/1985	1,00	35º
3791	DANIELA GOMES RIBEIRO	44459162X	331568008-64	28/05/1986	1,00	36º
24357	FLÁVIA MENDES DA CUNHA CARVALHO	378156123	358769338-21	20/06/1988	1,00	37º
7700	MARTA MARQUES MAIA	16409090	097744556-90	03/07/1989	1,00	38º
3418	CECÍLIA DE OLIVEIRA LAVITSCHKA	466053940	383824468-09	09/09/1989	1,00	39º
12449	CINTIA MAYUMI AHAGON	359496268-30	211091990	11/09/1990	1,00	40º
26289	PAULA CRISTINA DA SILVA LIMA	473702812	391347858-25	19/04/1991	1,00	41º
16558	LUMENA PEREIRA MACHADO SIQUEIRA	40730985865	407309858-65	15/08/1992	1,00	42º
14767	FLÁVIA DE FREITAS MENDES	491037430	223613618-84	02/02/1993	1,00	43º
12078	VIVIANE ALVES DE LIMA	435136082	441757158-94	04/07/1994	1,00	44º
8000	MILENA BRONZE MACIOMNI	431762235	455796378-10	21/04/1995	1,00	45º

OBSERVAÇÕES:
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO PELA FUNÇÃO DE JURADO, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO POR ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
6. AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CENTRO DE LABORATÓRIO REGIONAL DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ DE ARAÇATUBA - CLR/IAL I
Nº INSCRIÇÃO NOME COMPLETO R.G. CPF DATA NASCIMENTO NOTA TOTAL CLASSIFICAÇÃO FINAL
2208 ELIANA CRISTINA PELLARIN 292283027 289125598-42 20/10/1979 4,00 1º
29001 MATHEUS JANECK ARAUJO 47780682X 358662558-80 07/06/1991 4,00 2º
2958 LAISA DANIELE BIFFE 402622108 367868698-23 06/08/1987 3,00 3º
13427 DILZA RODRIGUES ALMEIDA 212453257 126585478-54 11/08/1966 1,00 4º
1084 AMANDA THAÍS PIZANI 479356828 400862338-82 28/10/1991 1,00 5º
12746 MAYARA RIGUETTI RIZZATO 488273882 409546448-83 04/03/1993 1,00 6º

OBSERVAÇÕES:
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO PELA FUNÇÃO DE JURADO, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
- NÃO HOUVE CANDIDATO BENEFICIADO POR ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL, NO CRITÉRIO DE DESEMPATE.
7. AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (BIOLOGISTA, BIOMÉDICO, FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO) PARA ATUAR EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE – CENTRO DE LABORATÓRIO REGIONAL DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ DE BAURU - CLR/IAL II
Nº INSCRIÇÃO NOME COMPLETO R.G. CPF DATA NASCIMENTO NOTA TOTAL NOTA COM PONTUAÇÃO DIFERENCIADA CLASSIFICAÇÃO FINAL
10489 CLAUDIA PERES MONTEIRO CARVALHO 331929491 221597968-24 18/08/1981 6,00 6,00 1º
13696 LUCIANA MIELI SAITO 338081276 317855688-50 02/12/1985 5,00 5,00 2º
7728 AGHATA REGINA DE OLIVEIRA ALVES PALMEIRA 4054516